



Acta Scientiarum. Education

ISSN: 2178-5198

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Muhr, Thomas

Desprivatização da educação, 'revolução participativa da educação' e socialismo do século XXI na
Nicarágua

Acta Scientiarum. Education, vol. 34, núm. 2, julio-diciembre, 2012, pp. 269-280
Universidade Estadual de Maringá
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303325733013>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Desprivatização da educação, ‘revolução participativa da educação’ e socialismo do século XXI na Nicarágua

Thomas Muhr

University of Bristol, 35 Berkeley Square Bristol, Clifton, Bristol BS8 1JA, Reino Unido. E-mail: Thomas.Muhr@bristol.ac.uk

RESUMO. Este artigo investiga aspectos do processo Revolução Participativa da Educação na Nicarágua, centrando-se na sua relação com o modelo de desenvolvimento nacional de Poder Cidadão e com a construção do socialismo do século XXI na América Latina e Caribe através da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Acordo de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). Com base na noção de “democracia revolucionária”, a qual define os fundamentos da visão de socialismo do século XXI, desenvolve-se o argumento de que o Poder Cidadão, tal como promovido pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) desde o seu regresso ao governo em Janeiro de 2007, significa uma transformação estrutural do neoliberalismo para o socialismo do século XXI. Em lugar de uma análise exaustiva das políticas educativas da FSLN, dá-se particular atenção à desprivatização da educação e à sua restauração como um direito humano e uma responsabilidade do Estado. Examinam-se dois elementos da Revolução Participativa da Educação que têm uma relevância direta para a construção da democracia socialista/revolucionária: a Campanha Nacional de Alfabetização *De Martí a Fidel* e a Grande Consulta Nacional sobre a Reforma Curricular do Ensino Básico e Médio de 2007/2008.

Palavras-chave: ALBA, democracia, desprivatização, desenvolvimento, Nicarágua, regionalismo, socialismo.

Deprivatizing education in Nicaragua: the ‘participative education revolution’ and ‘21st Century Socialism’

ABSTRACT. This article investigates aspects of Nicaragua’s ‘participative education revolution’ in relation to the ‘Citizen Power’ national development model and the construction of ‘21st century socialism’ in Latin America and the Caribbean through the Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America – Peoples’ Trade Agreement (ALBA-TCP). Centred around the notion of ‘revolutionary democracy’, which is the definitional foundation of the envisioned 21st century socialism, I argue that Citizen Power as promoted by the Sandinista National Liberation Front (FSLN) since returning to government in January 2007 means the structural transformation from neoliberalism to socialism. The article, however, does not provide a comprehensive analysis of the FSLN education policies. Rather, I draw attention to the deprivatization of education and its reinstitution as a human right and state responsibility, whilst exploring two elements of the participative education revolution of direct relevance to the construction of 21st century socialism: the National Literacy Campaign ‘From Martí to Fidel’ and the Great National Consultation for the Reform of the Basic and Medium Education Curriculum of 2007/2008.

Keywords: ALBA, democracy, deprivatisation, development, Nicaragua, regionalism, socialism.

Introdução

“De fato, poderemos estar testemunhando não a decadência terminal do Socialismo [...]”, comentou Joel Samoff em resposta à saudação geral do declínio do socialismo no final do século XX, “[...] mas a lutas pelo seu renascimento” (SAMOFF, 1991, p. 1).

Enquanto Samoff se dirigiu aos trabalhadores polacos apontando na altura para sua potencial capacidade de assumir um papel de liderança nesse esforço, a história uma vez mais pôs a América Latina e o Caribe (ou, nos termos descolonialistas

de José Martí, ‘A Nossa América’) no centro das atenções como foco de resistência ao capitalismo. Essa resistência se concretiza em transformações avançadas e promovidas mediante a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Acordo de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), que eu tenho vindo a teorizar como constituintes de uma guerra de posicionamento contra-hegemônica no sentido (neo-) Gramsciano, a qual se desenvolve em múltiplas escalas e que visa à construção do Socialismo do Século XXI – um conjunto de processos em que eventos a uma escala local e

nacional se tornam dialeticamente relacionados com outros que decorrem a uma escala regional e global e que tem no seu centro a noção de 'democracia revolucionária' (MUHR, 2008b, 2011a)¹.

A Nicarágua aderiu à ALBA-TCP como membro de pleno direito em 2007 sob o Governo de Reconciliação e Unidade Nacional (GRUN), liderado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) enquanto a força mais forte na multipartidária Aliança Unida, Nicarágua, Triunfa. À semelhança de seu passado recente, desde então, a economia política da Nicarágua passou uma vez mais a estar sujeita a uma reorientação fundamental. Após o derrube da ditadura de Somoza em 1979, a qual foi uma das ditaduras mais duradouras entre as demais ditaduras apoiadas pelos Estados Unidos da América (EUA) na América Latina e Caribe, a Revolução Sandinista liderada pela FSLN, que teve Daniel Ortega como Presidente, procurou transformar a dependente economia agrária capitalista em direção a um socialismo democrático. A derrota da FSLN nas eleições de fevereiro de 1990, contudo, abriu caminho para 16 anos de neoliberalização, primeiro, iniciada sob a União de Oposição Nacional forjada pelos EUA (1990-1996), e, posteriormente, consolidada sob as presidências dos Somocistas Arnoldo Alemán (1997-2002) e Enrique Bolaños (2002-2007). A execução de políticas em linha com o Consenso de Washington significou um reverso no que se havia podido revolucionariamente alcançar em matéria de justiça social durante o período anterior, em que houve redistribuição de terra, relativa à segurança alimentar básica, aos serviços básicos de saúde gratuitos e a uma significante redução do analfabetismo. No final dos anos 90, em um clima de persistente ausência de esperança, a paisagem nas ruas de Manágua começou notoriamente a ser diferente, havendo naquela altura uma proliferação de crianças de rua mendigando e trabalhando e, ao mesmo tempo, uma reestruturação da geografia urbana ajustada às necessidades das elites automobilizadas².

Com o retorno da FSLN ao poder governamental nas eleições de janeiro de 2007 e com

a sua reeleição em novembro de 2011³, o GRUN iniciou uma mudança estrutural do neoliberalismo para o socialismo no quadro ideacional e estrutural da ALBA-TCP. Embora seja ainda uma nação empobrecida, a visionada "reconstrução de Nicarágua" (GRUN, 2009a, p. 5) implicou a tomada de medidas que restituíram a gratuidade dos serviços de saúde e de ensino básico. Mais de 23 500 crianças em situação de risco, incluindo crianças de rua e crianças trabalhadoras, foram integradas no sistema de ensino entre 2007 e 2010 (GRUN, 2011). Segundo o inquérito da *International Foundation for Global Economic Challenge* (FIDEG, 2010), entre 2005 e 2010, a taxa de pobreza diminuiu de 48,3 para 44,7%, a pobreza extrema caiu de 17,2 para 9,7% e a pobreza rural extrema caiu de 30,5 para 18,2%. Talvez mais significativo seja, tal como irei apontar mais detalhadamente em seguida, que a nação foi declarada livre de analfabetismo em 2009 e que se viu algo jamais visto durante uma década: as crianças agora brincam e reclamam uma infância.

A seguinte análise do processo Revolução Participativa da Educação⁴ e da construção do socialismo do século XXI baseia-se na minha investigação de questões relacionadas com a construção da ALBA-TCP na Nicarágua (MUHR, 2008a, 2010a) e com a produção de um espaço educativo regional ALBA-TCP (MUHR, 2010b). Durante o período parlamentar de 2007-2012, o GRUN não teve um mandato para uma transformação abertamente revolucionária (a Aliança tinha 38 assentos em um total de 92 na Assembleia Nacional), contudo introduziu o modelo de desenvolvimento de Poder Cidadão, o qual contém uma agenda socialista transformadora. Esse modelo integra o conceito de "[...] educação integral e universal [...]" (GRUN, 2009a, p. 84), que desafia normativamente a redutiva noção neoliberal de conhecimento e educação centrada em aquisição de competências e habilidades na medida em que visa combinar educação para crescimento pessoal e moral com as exigências de desenvolvimento político e econômico nacional. A análise concentra-se em dois aspectos da revolução participativa da educação, os quais são centrais para a construção da democracia socialista/revolucionária do século XXI: a Campanha Nacional de Alfabetização *De Martí a Fidel* e a Grande Consulta Nacional sobre a Reforma Curricular do Ensino Básico e Médio de 2007/2008.

¹A noção de escala é usada para descrever como é que atores políticos e económicos organizam, constroem e mobilizam as suas atividades e projetos políticos à volta de uma escala geográfica política de governança, tal como a escala local, nacional, regional e global" (GREGORY et al., 2009, p. 665).

²A primeira vez que cheguei à Nicarágua foi em janeiro de 1997. Entre essa data e até março de 2000, trabalhei lá em instituições educativas em diferentes ambientes sociais, em San Carlos (Río San Juan) e, na capital, Manágua. Desde 2001 faço pesquisa de aspectos relacionados com a política, o desenvolvimento e a educação nicaraguenses.

³Ortega foi reeleito com 62,46% dos votos e a Aliança Unida, Nicarágua Triunfa liderada pela FSLN e detém agora 62 dos 91 assentos na Assembleia Nacional (OAS, 2012).

⁴Nota de Tradutor: A expressão 'revolução participativa da educação' é usada pelo Governo de Reconciliação e Unidade Nacional (GRUN) para descrever a sua abordagem e processo de mudança em matéria de políticas educativas, sendo, portanto, uma expressão que intitula toda uma linha de ação.

Nicarágua e a Construção da ALBA-TCP

Segundo a Constituição nicaraguense (RN, 2010) (Artigo 9), a Nicarágua passou a ser o quarto membro da ALBA-TCP em 11 de janeiro de 2007, um dia após a inauguração do mandato presidencial de Daniel Ortega. Àquela data, o país tinha passado da posição 71 em 1990 para a posição 120 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (PNUD, 1990, 2008); a pobreza, tal como medida segundo a cesta mínima de alimentos e requisitos não alimentares, tinha alcançado a taxa de 46-48%; a pobreza extrema (linha de pobreza alimentar) era de 15-17% (BANCO MUNDIAL, 2008); 21% da população era subnutrida (FAO, 2009, p. 48); e 20% da população de 15-65 anos era analfabeta (INIDE em MINED, 2009)⁵. Com cerca de 34% da população em idade escolar excluída do acesso à educação (MINED apud FEDH-IPN et al., 2007, p. 4), as políticas neoliberais (que se apresentaram como sendo ‘políticas de descentralização’ administrativa e fiscal e incluíram programas centrados em construir ‘escolas autónomas’ e ‘municipalização’) colocadas em prática a partir de 1993 tinham resultado na violação do direito constitucional à educação básica providenciada gratuitamente pelo Estado. O fracasso das medidas de privatização inspiradas pelas recomendações do Banco Mundial que se tomaram na Nicarágua é analisado em maior pormenor em outro ensaio (MUHR, 2008a). Mas é importante mencionar aqui algumas das consequências a que a revolução participativa da educação responde. Durante os processos de neoliberalização na Nicarágua, a média de tempo de escolarização diminuiu de 8,3 anos em 1990 para 4,6 anos e a população em situação de extrema pobreza podia esperar 1,9 anos (MUHR, 2008a); as escolas passaram a ser geridas como unidades em grande parte independentes e controladas por Conselhos Diretivos de Escola, os quais revelaram que ‘poupavam’ fundos diretamente oriundos do Ministério empregando pessoal não qualificado em vez de professores graduados⁶ (33-36% dos professores nicaraguenses não tinham formação profissional quando o GRUN foi eleito) (Entrevista MINED, 17 de julho de 2009). E os salários dos

professores nicaraguenses eram de aproximadamente 110 dólares estadounidenses (USD) por mês, o que cobria menos do que a cesta básica alimentar, e eram igualmente os mais baixos na América Central, tendo em consideração que a média salarial era de 375 USD nessa área geográfica em meados da década de 2000 (FLM, 2006, p. 45). Em um clima de ingovernabilidade, a crise no ensino ofereceu as bases para o início da construção da ALBA-TCP em Nicarágua a partir de 2004, abrangendo duas dimensões-chave, as quais caracterizam o seu projeto de integração e de desenvolvimento multidimensional: energia e sócio-humanitária, na forma de cuidados de saúde e alfabetização (MUHR, 2008a).

Quanto à dimensão relativa à energia, uma empresa mista chamada ALBA Nicaragua S.A. (ALBANISA) foi criada entre a companhia petrolífera estatal nicaraguense Petronic e a PDVSA. Através da ALBANISA, a Venezuela fornece à Nicarágua petróleo e derivados a uma taxa de juro baixa, no quadro de um esquema de financiamento de longo prazo, que envolve a transposição de 50% da fatura do erário venezuelano para fundos de desenvolvimento regional e bilateral. Metade desses fundos é administrada na Nicarágua pela cooperativa sem fins lucrativos Caja Rural Nacional – Caruna, e a outra metade é administrada conjuntamente pelo Fundo ALBA (ALBA, 2007). Simultaneamente, entre 2004 e 2006, a ALBA-TCP foi territorializada por meio da campanha de alfabetização cubano-venezuelana *iYo, Sí Puedo!* (Sim, Eu Posso!) e da *Misión Milagro* (Missão Milagre), um programa de oftalmologia. Desse modo, nos dois anos anteriores à Nicarágua ter se tornado formalmente membro da ALBA-TCP, a ALBA-TCP estava já sendo construída no território nicaraguense, conjuntamente com órgãos estatais venezuelanos e cubanos e a FSLN, governos municipais, indivíduos (estudantes universitários e médicos privados voluntários) e atores da sociedade civil e organizada⁷, por exemplo, a organização de trabalhadores agrários Empresa Cooperativa de Servicios Agropecuarios Nicara R.L. - NICARAOCOOP, a Asociación de Educación Popular Carlos Fonseca Amador e a organização Médicos del Mundo. Tal como demonstro na minha análise acima citada, a construção do espaço ALBA-TCP segue um processo análogo ao do processo hegemônico e

⁵Fontes alternativas, contudo, indicam taxas de analfabetismo de 32-34% entre o início e meados da década de 2000 (UNDP, CEPAL apud GRUN, 2008b, p. 53).

⁶Os Conselhos Diretivos de Escola, em que país, professores e o diretor da escola eram representados, tinham a seu cargo o orçamento, a manutenção das instalações e a gestão de pessoal. Mas, como um tipo de ‘parentocracia’ (BROWN, 1997[1990]), os pais tinham maioria na distribuição de votos e o Conselho Diretivo tinha o direito de despedir o diretor da escola (GERSHBERG, 1998).

⁷Sociedade organizada é um conceito contra-hegemônico que funciona como uma antítese do conceito hegemônico liberal burguês *sociedade civil* e que desafia a associação histórica de sociedade civil ao individualismo liberal e à sociedade de mercado capitalista. Significa organização popular, baseada nas massas e o exercício coletivo de poder popular através de conselhos e movimentos no interior ou na construção de relações sociais e espaços anti ou não capitalistas (MUHR, 2012).

transnacional de globalização capitalista, uma vez que se empregam igualmente estratégias de integração regional e cooperação bi-/multilateral por atores e forças estatais e não estatais. Resumidamente, os processos sociais da ALBA-TCP têm um alcance que vai além da região *de jure* (o bloco ALBA-TCP atualmente formado por oito Estados-membro: Antígua e Barbuda; Bolívia; Cuba; Dominica; Equador; Nicarágua; São Vicente e Granadinas; Venezuela), cobrindo a região *de facto* (toda a América Latina e Caribe) e mais (o global).

Orientada pelos princípios de solidariedade, de cooperação e de complementariedade, a ALBA-TCP reconhece explicitamente assimetrias de poder internacionais e substitui a vantagem (localizada) comparativa por ‘vantagem cooperativa’. Ideologicamente, baseando-se na visão de Pátria Grande de Simón Bolívar, a construção de uma economia baseada na produção e no valor acrescentado em setores estratégicos tem vindo a ser concretizada com a criação de empresas *grandnacionales* (gran-nacionais) bi e multiestatais – para a produção de valor de uso – e de projetos gran-nacionais – programas de ação –, assim como de institutos gran-nacionais – para pesquisa. A produção regional emergente e as cadeias comerciais representam uma democratização da organização da produção com uma orientação socialista e podem, tal como na Nicarágua Sandinista da década de 80, integrar atores privados, especialmente cooperativas e micro, pequenas e médias empresas (MIPYMES). De fato, pode-se argumentar que a cooperação para o desenvolvimento entre a Nicarágua e a ALBA-TCP salvou a economia nacional de um colapso no contexto da recente e presente crise financeira, econômica e de ‘ajuda’ global. Entre 2008 e 2009, enquanto as exportações da Nicarágua para todas as partes do mundo sofreram um declínio entre 6,6 e 37,5%, as exportações para a Venezuela aumentaram quase 300% (BCN, 2010). Embora o volume de transações comerciais seja relativamente baixo em termos absolutos (249 milhões USD comparados com 566 milhões USD para os EUA em 2010), a Venezuela tornou-se o segundo parceiro comercial mais importante para a Nicarágua (BCN, 2011a). Essa reorientação tem de ser avaliada em relação à cooperação oficial para o desenvolvimento entre a Venezuela e a ALBA-TCP, a qual em 2010 ascendeu a 500 milhões USD (41,9% do total de influxo financeiro na Nicarágua) (BCN, 2011b).

A minha pesquisa focada nessas iniciativas aponta para um socialismo de século XXI centrado na noção de ‘democracia revolucionária’ (MUHR, 2012). Uma democracia revolucionária combina a democracia representativa pluralista com a

democracia direta, tal como definida por Karl Marx, e a democracia participativa⁸, tal como definida por C. B. Macpherson (MUHR, 2011a, 2012). Historicamente, tendo o poder popular como seu elemento constitutivo central, o termo ‘democracia revolucionária’ tem sido usado como sinônimo do conceito Sandinista ‘socialismo democrático’ dos anos 80 – um socialismo latino-americano e caribenho pluralista e não ortodoxo (HOYT, 1997; VANDEN; PREVOST, 1993)⁹. À semelhança do socialismo democrático Sandinista, a construção do socialismo do século XXI envolve a extensão da luta por uma democracia em ‘todas as esferas’ da existência social sem dar prioridade a um sítio de luta previamente constituído (por exemplo, o local de produção) (SLATER, 1986, p. 162). Consequentemente, democracia direta significa controlo social e popular dos meios de produção e de organização política em uma estrutura piramidal de conselhos (MARX, 1942[1871]). O processo de reconfiguração do poder estatal pelas forças progressivas dentro e fora do Estado está atualmente em curso nos países membros da ALBA-TCP, especialmente na Venezuela. Na Nicarágua, essa reconfiguração surge na forma do modelo de desenvolvimento de Poder Popular fomentado pelo GRUN. Em relação ao funcionamento da ALBA-TCP, a democracia direta se vê institucionalizada por meio do Conselho de Movimentos Sociais, por intermédio do qual as sociedades organizadas situadas nos territórios da ALBA-TCP e não só se têm vindo a organizar em uma estrutura de governança em pirâmide contra-hegemônica. O Conselho de Movimentos Sociais está em diálogo direto com o Conselho de Presidentes, o qual é o órgão de decisão mais elevado na estrutura da ALBA-TCP¹⁰.

O exercício de democracia direta (assim como o de democracia representativa), no entanto, depende de condições políticas, econômicas, sociais e culturais relacionadas com o ‘direito igualitário a desenvolvimento próprio’. Esse direito é essencial na concepção de democracia participativa de Macpherson e implica um processo de

⁸Nota do Tradutor: No original, *participatory democracy*, fazendo-se contraste com *participative education revolution*. A tradução do termo de Macpherson segue a tradução convencional em trabalhos acadêmicos sobre o tema escritos em português.

⁹Por ‘revolução’ se entende “[...] uma transformação fundamental do Estado e da estrutura social” baseada nas massas, que tem um desfecho em aberto (STAHLER-SHOLK, 2001, p. 13299) e que envolve uma “[...] restruturação da configuração social de poder significativa” (WALKER, 1985, p. 27).

¹⁰Na estrutura hierárquica, existem três Conselhos ministeriais (político, social e econômico) subordinados ao Conselho de Presidentes e que elaboram propostas de políticas e projetos, uma Comissão Política para a coordenação entre os conselhos político, social e econômico e um conjunto de Comitês e Grupos de Trabalho. Para pormenores e um organograma da ALBA-TCP (MUHR, 2011b, 2012).

consciencialização (de uma identidade de consumidor individualista para um foco em desenvolvimento pessoal e sentido de comunidade), assim como uma redução substancial da desigualdade social e econômica para o desenvolvimento pleno das capacidades das pessoas (MACPHERSON, 1977; HELD, 2006, p. 70-95). A mudança de condições para fomentar a participação é promovida através da ALBA-TCP de muitas formas, incluindo, primeiramente, o método de alfabetização *iYo, Sí Puedo!*. Esse método foi adaptado para 14 contextos linguísticos e culturais em 28 países no mundo inteiro e foi inter e transnacionalizado por meio da *Misión Robinson Internacional*, tendo beneficiado 3,8 milhões de pessoas que eram analfabetas em mais de 20 países na América Latina e Caribe à data de 2009. Além de *iYo, Sí Puedo!*, há também a cubana-venezuelana *Misión Milagro*, que providenciou tratamentos oftalmológicos gratuitos a 1,9 milhões de pessoas em 22 países latino-americanos e caribenhos entre 2005 e o início de 2011 (MUHR, 2011a, p. 184-85). Essas e outras missões e programas sociais poderão estar localizados e ter nomes diferentes em diferentes territórios, mas, em contraste com esquemas convencionais de assistência e compensação social (social democracia), são iniciativas que combinam alívio de pobreza com uma transformação estrutural em longo prazo (MUHR; VERGER, 2006). Como exemplo, um programa da ALBA-TCP para pessoas incapacitadas tem o nome de *Misión Estamos Con Vos* (Missão Estamos Com Você), na Nicarágua, *Atención al Discapacitado* (Atenção ao Incapacitado), em Cuba e em São Vicente e Granadinas, e *Misión Manuela Espejo* (Missão Manuela Espejo), no Equador. O Fundo Caribenho ALBA-TCP, que é um dos fundos da ALBA-TCP acima referidos destinados ao desenvolvimento regional, é outro caso que ilustra as variadas formas como se promove mudanças facilitadoras de participação. Esse Fundo tinha em 2010 atribuídos 179 milhões USD para o financiamento de 85 projetos sociais e socioprodutivos em 12 países da América Central e Caribe (MUHR, 2011a, p. 198-199). Finalmente, considerando os objetivos deste capítulo, é importante mencionar que, entre as empresas gran-nacionais e os projetos gran-nacionais que operam em áreas de segurança humana (alimentos, saúde etc.), figuram o Projeto Gran-nacional – Educação e o Projeto Gran-nacional Alfabetização e Pós-Alfabetização, os quais funcionam segundo a lógica

do ‘ensino superior para todos’ que se segue na Venezuela (MUHR; VERGER, 2006; MUHR, 2010b). Na seção seguinte, desenvolvo a tese de que o Poder Cidadão na Nicarágua contém os elementos de democracia revolucionária, com base nos quais o papel da revolução participativa da educação na construção do socialismo do século XXI pode ser ilustrado.

Poder cidadão: na direção do socialismo do século XXI

Na versão do Plano Nacional de Desenvolvimento Humano de 2008-2012 (GRUN, 2008a) e na versão atualizada em 2009-2011 em resposta à crise financeira, econômica e de ‘ajuda’ global (GRUN, 2009a), o governo nacional nicaraguense identifica a pobreza como um problema estrutural cuja eliminação requer uma transformação de longo prazo, na qual se espera que as comunidades ‘organizadas’ se tornem (re-) instituídas como o novo “[...] sujeito social e ator político” (GRUN, 2009a, p. 5, 11, 17). O governo, contudo, reconhece os constrangimentos estruturais impostos pela posição de dependência capitalista da Nicarágua na economia global. Em conformidade, o Banco Mundial, por um lado, comprehende que na Nicarágua se mantém uma ‘continuidade’ no que diz respeito ao compromisso governamental com a estabilidade macroeconômica e a sustentabilidade da dívida pública para a redução da pobreza de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, a diversificação de exportações dentro da lógica de comércio internacional livre e as tentativas de atrair investimento direto em produção (BANCO MUNDIAL, 2008). Por outro lado, observa também ‘alterações estratégicas importantes’, referindo uma mudança na focalização que anteriormente se mantinha na ‘estratégia de desenvolvimento de clusters’, a qual favorecia agentes de grande capital, assim como o abandono de políticas de privatização e assistencialistas e, em seu lugar, a adoção de políticas que alvejam a universalidade baseada em direitos ao desenvolvimento humano (BANCO MUNDIAL, 2008). Essas alterações concordam com a estratégia neoestruturalista de ‘desenvolvimento endógeno’, que tem igualmente vindo a inspirar outros governos de ALBA-TCP, tais como os governos da Venezuela e do Equador, em transição para o socialismo (MUHR, 2012).

Por conseguinte, o projeto de fomento de Poder Cidadão do GRUN se entende como um elemento integrante de uma crítica ao capitalismo global e se alicerça nos valores de ‘solidariedade’, ‘comunidade’, ‘complementariedade’, ‘redistribuição’, ‘inclusão’ e ‘igualdade’ (GRUN, 2008a, p. 4-7, p. 14-15). Esses

valores são essencialmente os princípios da ALBA-TCP. O Poder Cidadão evolue a partir dessa base como um modelo de desenvolvimento coerente e integral que visa reconfigurar a estrutura de poder mediante a liberação da capacidade de desenvolvimento humana das maioria. Fundamentado na Constituição da Nicarágua (RN, 2010) (Artigo 2) e na Lei de Participação do Cidadão (RN, 2003), o Poder Cidadão é composto por dez “eixos fundamentais” que podem ser lidos como contendo os elementos da democracia revolucionária embora não se afirme explicitamente de que é disso que se trata (GRUN, 2008a, p. 15-30, 2009a, p. 10, p. 16-27). Entretanto, a democracia direta que se criou por meio dos *Consejos del Poder Ciudadano* e de *Gabinetes del Poder Ciudadano* (Conselhos e Gabinetes de Poder Cidadão) tem como objetivo equilibrar as assimetrias de poder identificadas nos processos de decisão de políticas públicas entre o Estado e as (elitistas) organizações não governamentais (ONGs) por uma parte, e os setores populares por outra parte (STUART ALMENDÁREZ, 2009, p. 25). Foram estabelecidos três pilares piramidais de instâncias de democracia direta: o pilar territorial, isto é, a organização em diferentes escalas de governança; o pilar setorial, que compreende um mínimo de 16 áreas definidas, incluindo saúde, segurança, meio ambiente e educação; e o pilar cívico formado por organizações setoriais (mulheres, indígenas etc.), organizações de negócios privados, partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e o Gabinete Nacional do Poder Cidadão, organizado no *Consejo de Planificación Económica y Social*, CONPES (Conselho de Planejamento Econômico e Social). Esses três pilares se inter-relacionam à escala nacional (GRUN, 2008a, p. 208-209; RN, 2007a e b). Entre várias responsabilidades, os Conselhos e os Gabinetes de Poder Cidadão têm a seu cargo fazer a gestão, supervisão, seguimento e avaliação de programas locais e nacionais e de projetos conjuntamente organizados pela comunidade, o setor privado e as entidades governamentais em nível nacional e subnacional (GRUN, 2009a, p. 21). Por exemplo, no sul da Nicarágua, no departamento Río San Juan, em Julho de 2009, os Conselhos de Poder Cidadão estabeleceram como prioridade áreas como as de produção, construção de estradas, eletricidade, abastecimento de água e habitação. A estratégia do GRUN para mudar as condições para a participação, mobilização e protagonismo no sentido de Macpherson (1977, p. 114) – a redução de desigualdade para o desenvolvimento pleno das capacidades das pessoas – manifesta-se em um vasto leque de políticas e programas financiados pela

ALBA-TCP, alguns dos quais cofinanciados por outras organizações internacionais, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2010). Entre eles, incluem-se: abastecimento de gás doméstico subsidiado, reinstituição da gratuidade dos serviços de saúde e do ensino primário e secundário providenciado pelo Estado, incluindo a campanha de alfabetização acima referida */Yo, Sí Puedo!* e programas de alimentação escolar; Casas para o Povo (habitação social), Ruas para o Povo (infraestrutura viária), Plano Telhado (telhados de zinco); Programa Amor (visando às crianças em situação de risco), apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef; e Zero Fome (alimentos subsidiados), o qual faz parte das políticas governamentais de soberania e de segurança alimentar que foram elogiadas pelo *Rapporteur Especial das Nações Unidas para o Direito à Nutrição* (NAÇÕES UNIDAS, 2010). Muitos desses programas são levados a cabo conjuntamente por entidades governamentais e pela estrutura de democracia direta do Poder Cidadão, promovendo assim a organização popular à escala local.

O modelo de desenvolvimento de Poder Cidadão representa uma continuidade na trajetória histórica de consulta pública direta que a FSLN sempre defendeu: a Constituição de 1987 foi redigida por meio de um processo de consulta que levou quase dois anos (ROSSET; VANDERMEER, 1986, p. 357-364); a Grande Cruzada Nacional pela Alfabetização de 1980/81, a qual reduziu a taxa de população analfabeta de dez anos ou mais de 50% para menos de 15%, envolveu 225 000 adultos alfabetizados voluntários (brigadistas); e a Consulta Nacional sobre Educação de 1981 sobre a transformação do sistema de ensino contou com a participação de mais de 50 000 pessoas (ARNOVE, 1986, p. 97, 137; BARNDT, 1985, p. 328). Três décadas depois, o Plano Nacional de Desenvolvimento Humano de 2008-2012 foi apresentado 15 meses depois da tomada de posse do mandato governamental após ter sido submetido a uma consulta nacional, a qual teve início com o Programa de Governo durante a campanha eleitoral da FSLN de 2006. Os processos de consulta envolveram o CONPES e outras entidades estatais; setores de produção, incluindo negócios privados sindicatos, federações e confederações; associações de cidadãos; ONGs e movimentos; partidos políticos; instituições religiosas; universidades e centros de pesquisa; comunidade internacional; e indivíduos, incluindo pessoas em diáspora oriundas dos Estados Unidos e da Costa Rica (GRUN, 2008a,

p. 9, p. 227-230, 2009a, p. 34-35; ORTEGA, 2008). Tendo em conta esse pano de fundo, a seção seguinte investiga a revolução participativa da educação e a sua significância para a construção da democracia revolucionária/socialismo.

Revolução participativa da educação na Nicarágua

O Plano Nacional de Desenvolvimento Humano aborda a educação a partir de três vetores: como direito humano ao desenvolvimento pessoal; como conhecimento científico e técnico fundamental para o desenvolvimento nacional; como forma de transformação social. Enquanto um dos primeiros atos da nova administração foi abolir a ‘descentralização’ neoliberal, a ‘desprivatização absoluta’ que proclamou (GRUN, 2008b, p. 10) refere-se, no entanto, à restauração da gratuidade do ensino primário e secundário, e não à ilegalização de instituições de ensino privadas¹¹.

Identificando mulheres, crianças e jovens (entendendo-se por ‘jovens’ a população na faixa etária de 18 a 30 anos, que constitui 64% do total da população nicaraguense), como atores-chave no desenvolvimento produtivo, econômico, social, político e cultural da nação (GRUN, 2009a, p. 19-20), as políticas educativas consistem em cinco componentes que combinam quantidade com qualidade e participação com diversidade:

1. ‘Mais educação’: eliminação de todo o tipo de cobranças no setor estatal; alfabetização universal e aumento da cobertura de educação pré-escolar, primária, secundária, especial e técnica através de um subsistema de ensino básico e médio formal e não formal (5-17 anos);

2. ‘Melhor educação’: transformando o currículo e revertendo a desprofissionalização que se produziu na já acima mencionada neoliberal desconcentração administrativa e fiscal;

3. ‘Uma educação diferente’: ultrapassar os “antivalores” neoliberais de privatização e de comodificação da educação (MINED, 2009, p. 25) através de um novo conjunto de valores centrado no meio ambiente, família, economia, saúde, solidariedade, tolerância, cooperação, companheirismo, identidade, patriotismo e autodeterminação;

4. ‘Gestão da educação descentralizada e participativa’: formulação e gestão conjuntas de políticas educativas entre atores nacionais e organizações internacionais, centrada em redor da

estrutura do Poder Cidadão. A Grande Consulta Nacional sobre a Reforma Curricular do Ensino Básico e Médio que será referida em seguida exemplifica essa ideia;

5. ‘Todas as educação’: articulação integral e holística dos diferentes níveis e tipos de educação (rural/urbana; pública/privada; formal/não formal; universitária; ‘pessoas com capacidades diferentes’ – uma expressão usada pelo GRUN para se referir a pessoas incapacitadas; o Subsistema da Educação Regional Autônoma da Costa Caribenha) para criar sinergias e permitir educação contínua ao longo da vida (GRUN, 2008a e b, 2009a).

As estratégias para concretizar esses objetivos incluem: a Campanha Nacional de Alfabetização *De Martí a Fidel* e os programas de seguimento pós-alfabetização *¡Ya Puedo Leer!* (Já Posso Ler!), *¡Yo, Sí Puedo Seguir!* (Sim, Posso Continuar!), *El Maestro en Casa* (O Professor em Casa), assim como a Educação Básica por Nível, que visa universalizar a educação básica até ao sexto ano de escolaridade (MINED, 2009, p. 27); a ampliação da infraestrutura (4200 escolas novas), 6000 docentes novos e a criação de 1200 jardins de infância através dos quais se visa contextualizar educação em nutrição com produção (LA LUCHA SIGUE, 2011); a criação de centros de educação técnica (por exemplo, em produção agrícola; indústria; turismo) para fortalecer as MIPYMES e o setor produtivo; o Programa Integral de Alimentação Escolar e Nutrição; o Sistema Nacional de Educação e Formação de Professores Nicaraguenses, acompanhado por um aumento dos salários de docentes de 30% entre 2006 e 2008 (GRUN, 2009b, p. 11). Esse aumento visa apoiar a (re)profissionalização de trabalhadores no ensino, pois, tal como informantes em 2009 indicaram, a formação de professores (ou a sua falta) era o elemento mais fraco na ambiciosa transformação da educação.

Procurando assegurar igualdade e qualidade ao largo de todo o território, os Conselhos Diretivos de Escola neoliberais foram abolidos e o financiamento, manutenção e recrutamento de pessoal voltaram a ser centralizados. A partir de 2008, iniciou-se a realização mensal de *Talleres de Evaluación, Programación y Capacitación Educativa* – TEPCEs (Oficinas de Avaliação, Programação e Capacitação Educativa) em escolas. Essas oficinas já tinham existido durante os anos 80 (com sucesso questionável) (ARNOVE, 1986, p. 90-91) e voltaram a ser introduzidas com a finalidade de organizar e contextualizar localmente o novo currículo e materiais. Nas reuniões mensais, as TEPCEs servem igualmente para integrar delegados dos Conselhos e Gabinetes de Poder Cidadão, assim como delegados

¹¹Entre 2005 e 2009, a parcela de institutos de educação privados aumentou de 18,0 para 22,9%, ao passo que a participação em institutos privados subsidiados pelo estado aumentou de 5,9 para 9,4%, em centros privados não subsidiados de 12,1 para 12,8% (FIDEG, 2010).

municipais e departamentais do Ministério de Educação (MINED). Devido aos escassos recursos e para promover a cooperação, a restruturação envolveu também a formação de um sistema satélite de 1460 núcleos educativos. Esses núcleos formam uma rede que integra uma *Escuela Base* (Escola Base), onde se concentram os recursos educativos (pessoal com experiência; laboratórios; bibliotecas; recursos audiovisuais e digitais), e suas *Escuelas Vecinas* (Escolas Vizinhas). Uma vez mais, esse modo de organização não é totalmente novo. Nos anos 80, havia também os chamados 'núcleos rurais de educação' - agências criadas para integrar a escola na comunidade e vida nacional e a resolução conjunta de problemas (ARNOVE, 1986, p. 96). Os casos que se apresentam seguidamente, relativos à Campanha Nacional de Alfabetização *De Martí a Fidel* e à Grande Consulta Nacional sobre a Reforma Curricular do Ensino Básico e Médio, ilustram o potencial de protagonismo da revolução participativa da educação.

A Campanha Nacional de Alfabetização *De Martí a Fidel*

A Campanha Nacional de Alfabetização foi lançada em 23 de junho de 2007. As suas origens remontam, contudo, à cooperação transnacional que se estabeleceu no contexto da ALBA-TCP a partir de 2005. Nesse ano de 2005, a Asociación de Educación Popular Carlos Fonseca Amador – a qual foi criada por membros da FSLN após a perda de poder governamental em 1990 com o objetivo de continuar o combate ao analfabetismo – apelou à comunidade internacional por apoio no alívio da crise na educação nacional que se vivia. Havendo sido o único a responder a esse apelo, o governo cubano providenciou o inovador método alfanumérico de alfabetização *iYo, Sí Puedo!* e o seu material de apoio (televisões, reprodutores de vídeo, conjuntos de vídeos, manuais escolares e guias para o facilitador) para 5000 pontos de alfabetização. Em contraste com o método de alfabetização tradicional, o qual precisava de um ano ou mais para alcançar um nível básico de literacia, com *iYo, Sí Puedo!* pode-se chegar a esse nível em 65 dias. Consequentemente, entre 1990 e 2005, usando o método tradicional, a associação Carlos Fonseca Amador pôde alfabetizar aproximadamente 45 000 pessoas, mas, com o novo método, pôde alfabetizar quase metade de esse número durante os primeiros três meses de início de sua aplicação¹².

Entre 2005 e 2007, essa associação recebeu o apoio logístico de seis consultores cubanos e o analfabetismo se viu reduzido entre a faixa etária de 15-65 anos de 20,1 para 12,7%¹³. A partir de 2008, após *iYo, Sí Puedo!* haver sido integrado como política nacional, 86 consultantes cubanos e 61 brigadistas venezuelanos apoiam as campanhas de alfabetização e de pós-alfabetização (MINED, 2009, p. 10)¹⁴ e a Associação adaptou o método às realidades linguísticas e culturais da nação (Inglês Crioulo; os idiomas indígenas Miskito, Mayagna/Sumu, Crioulo; Braille Castelhano). Em 26 de junho de 2009, uma comissão composta por cientistas de várias organizações e instituições centradas em educação e situadas no país declarou que a Nicarágua estava livre de analfabetismo de acordo com os padrões internacionais e com base em um inquérito que confirmou uma taxa residual de analfabetismo de 4,73% (UNESCO et al., 2009)¹⁵.

Para os propósitos deste ensaio, o aspecto dessa campanha mais significativo a salientar é o de como ela envolveu uma mobilização popular que facilitou o seu sucesso (MUHR, 2008a, p. 157). Como facilitadores de alfabetização, participaram 57 631 voluntários (50 531 com menos de 35 anos de idade, dos quais 66% eram mulheres e 77% situados em zonas rurais); 76,61% das aulas foram realizadas nas próprias casas onde as pessoas moravam, 18,02% em escolas e o restante em igrejas, centros comunitários, prisões e outros sítios governamentais e não governamentais (MINED, 2009, p. 19). Durante as diferentes fases da campanha – censo nacional (julho-outubro de 2008); sensibilização da população; formação metodológica para facilitadores; as próprias aulas de alfabetização – voluntariaram-se pessoas com todo o tipo de trajetórias biográficas. Entre elas, havia professores; líderes de comunidades civis e religiosas, especialmente dos Conselhos de Poder Cidadão; estudantes de universidades públicas e privadas; organizações juvenis, tais como a Federación de Estudiantes de Secundaria e a Juventud Sandinista

¹²Os esforços em alfabetização da associação Carlos Fonseca Amador foram paralelos aos de um Programa Social de Alfabetização do Ministério de Educação (na altura, denominado Ministério de Educação, Cultura e Desporto) (MECD, 2005). Em 2005/2006, o MECD alfabetizou 64 883 pessoas e a associação Carlos Fonseca Amador, 73 754 pessoas (MINED, 2009) (Anexo 6).

¹³Entre os apoios bi e multilaterais, contou-se também com o apoio da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento e da Unesco (MINED, 2009, p. 11).

¹⁴O inquérito baseou-se em uma amostra aleatória de 12 538 pessoas nas faixas etárias de 15-65 anos em 22 municípios (incluindo Manágua como o município maior), com uma margem de erro calculada de 1% e um nível de confiança superior a 97%. Para mais detalhes técnicos e metodológicos, ver Unesco et al. (2009). Duas semanas após a publicação desse relatório, no dia 30 de junho de 2009, o Ministério de Educação lançou o seu próprio Relatório Final da Campanha da Alfabetização *De Martí a Fidel*, em que se declara uma taxa de analfabetismo nacional de 4,1%. O relatório apresenta conjuntos de dados relativos a todos os departamentos e municípios (MINED, 2009). Em 2010, o governo anunciou uma redução do analfabetismo para 3,33% (GRUN, 2010a, p. 6).

¹⁵Entrevistas aos cofundadores e educadores da Asociación de Educación Popular Carlos Fonseca Amador Adrián Cruz (18 de julho de 2006) e Guillermo Fuentes (3 de agosto de 2009).

de 19 de Julio; sindicatos de professores; a estrutura de base da FSLN; governos municipais; instituições do Estado (ministérios, as forças armadas, polícia); e empresas privadas. O Relatório Final do Ministério da Educação destaca que a campanha de alfabetização é o único programa do governo que não foi alvo de descrédito pelos partidos políticos adversários e pela mídia corporativa (MINED, 2009, p. 15).

Grande consulta nacional sobre a reforma curricular do ensino básico e médio

Durante grande parte da era neoliberal, o currículo escolar da Nicarágua foi criticado por ser irrelevante, descontextualizado, e por não responder à realidade social, promovendo uma aprendizagem baseada em métodos de memorização, com pouca aplicação prática de conhecimento (ARNOVE, 1994; FEDH-IPN et al., 2007, p. 4-5; PREAL, 2004). A partir de 2005, ainda durante o governo anterior ao GRUN, foi concebido um novo currículo pelo Ministério da Educação, que, contudo, não chegou a ser executado devido à mudança de governo em 2007. Com a finalidade de criar um currículo que fosse verdadeiramente ‘nacional’ e baseado em consenso, o GRUN submeteu à consulta nacional o projeto de reforma curricular que havia sido previamente preparado. O resultado dessa consulta foi um quadro curricular que providencia normas básicas quanto a competências (conhecimentos/habilidades/attitudes e sua aplicação), conteúdos básicos que se consideram relevantes (conceptuais, processuais, de atitude) e indicadores de seu alcance. Cerca de 30% dos conteúdos são flexíveis tendo em vista equilibrar normas nacionais com contribuições descentralizadas locais por parte do Poder Cidadão (FEDH-IPN et al., 2007, p. 7).

Em 2007, 17 081 indivíduos no e fora do sistema de educação participaram da Grande Consulta Nacional em todo o território nicaraguense: 6943 docentes (pré-escolar, primária e secundária); 657 diretores de escolas primárias e secundárias do Estado e escolas privadas e privadas subsidiadas pelo Estado; pais e alunos; 153 organizações da sociedade civil; sindicatos de professores; líderes comunitários; e as entidades setoriais e territoriais de Poder Cidadão. Os métodos de recolha de dados incluíram: 1) 38 fóruns de discussão com pais e professores que se estruturaram com base em apresentações em todos os 19 departamentos/regiones autônomas (aproximadamente 300 participantes em cada fórum); 2) oficinas com participantes da comunidade educativa tendo como finalidade o debate sobre temas específicos; 3) visitas a aulas para estudar as necessidades em contextos educativos

concretos; 4) conselhos curriculares, isto é, assembleias populares apoiadas pela estrutura de Poder Cidadão que se realizaram em locais como bairros, mercados, zonas francas, centros comerciais e universidades e em que se discutiram as propostas apresentadas por participantes não diretamente relacionados com o mundo escolar; 5) o Portal-Web da Educação, como um mecanismo de deliberação para docentes, pais/encarregados de educação e alunos não universitários; 6) representantes de grupos de interesses (de comunidades, sindicatos, negócio, líderes de ONGs), o que sublinha o esforço por criar uma aliança de classes múltiplas orientada pelo interesse nacional em temas educativos e de desenvolvimento (MINED, 2008, p. 25-54) (para detalhes metodológicos). Paralelamente à consulta, um grupo de ONGs – o Foro de Educación y Desarrollo Humano de la Iniciativa Por Nicaragua – FEDH-IPN, o Instituto para el Desarrollo y la Democracia - IPADE, o Consejo de Educación de Adultos de América Latina – CEAAL, e o Plan Nicaragua – desenvolveram um quadro curricular (baseado no projeto de reforma curricular existente) e submeteram-no para consulta entre as organizações e institutos que trabalham na promoção do direito à educação (FEDH-IPN et al., 2007; MINED, 2008, p. 45-48) (para detalhes metodológicos).

De modo a aumentar a credibilidade da consulta, o GRUN teve consultores da Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua (Unan) para sistematizar os dados recolhidos. Não obstante, até que ponto um inquérito desse tipo realmente modela o produto final pode ser sempre questionável. Menos questionável e talvez de relevância crucial, no entanto, é a evidente função política e sociopedagógica de processos como este (ARNOVE, 1986, p. 98). São processos que sugerem que o discurso de participação e reconciliação nacional do GRUN não é somente retórica. A fundação para esse protagonismo foi estabelecida com a campanha de alfabetização. Tal como já foi defendido, por exemplo, por Barndt (1985) e por Arnove (1986) e reiterado por um facilitador da associação Carlos Fonseca Amador em 2009, a literacia em uma base lógica educativa revolucionária ou popular não é meramente uma competência que se adquire. É também um meio de consciencialização e de empoderamento que altera as percepções que grupos historicamente excluídos de participação e de transformação têm de si próprios e de como podem ‘procurar alternativas’ e se tornar atores no seu próprio desenvolvimento pessoal e no desenvolvimento coletivo. O GRUN declara isto explicitamente: “[...] o

futuro do país precisa que eles [grupos historicamente excluídos] se incorporem nas atividades produtivas, econômicas, sociais e políticas [...] gerando a análise e reflexão para o conhecimento e a transformação da realidade" (MINED, 2009, p. 2, p. 14).

Conclusão

Embora, durante o primeiro mandato, o Plano Nacional de Desenvolvimento do GRUN não se tenha abertamente referido a socialismo (apesar de o discurso presidencial tê-lo feito), neste ensaio tenho vindo a sustentar a tese de que a construção do socialismo do século XXI está em caminho na Nicarágua através do modelo de desenvolvimento de Poder Cidadão e da adesão da nação à ALBA-TCP como Estado-membro. A estrutura história prevalente atualmente (o capitalismo global) não está sendo diretamente desafiada e até está mesmo sendo em parte reproduzida, por exemplo, por meio de leis e de incentivos que favorecem o investimento estrangeiro. Contudo, é uma estrutura que está simultaneamente sendo resistida, na medida em que o Poder Cidadão se pode entender como a mobilização, a organização e o empoderamento das classes populares promovida pelo governo e guiada pelo Estado que está produzindo uma configuração de forças alternativa – uma ‘estrutura rival’ (COX, 1981).

A construção do socialismo do século XXI e a ALBA-TCP não se têm vindo a desenvolver segundo uma abordagem unilinear (“do topo para a base”/ “da base para o topo”), mas sim segundo uma matriz complexa de processos multidirecionais e a escalas múltiplas que é dirigida por governos e forças sociais com uma orientação politicamente similar, em que cada elemento constitui e transforma o outro (MUHR, 2008b, p. 266; 2011a, p. 85, p. 168-210; LOPES CARDOZO; STRAUSS, no prelo). Isso significa, por exemplo, que as normas curriculares geradas pela Grande Consulta Nacional sobre a Reforma Curricular do Ensino Básico e Médio, tais como a noção de “educação integral” para o desenvolvimento humano, social e produtivo local, aparecem igualmente na documentação de apoio da *Declaração Manágua* da ALBA de 2009, a qual representa um marco principal na construção do espaço educativo ALBA-TCP. A mesma ideia é capturada no conceito boliviano de ‘educação produtiva’, que tem o objetivo de construir uma ‘ponte’ entre formas de trabalho manual com a educação universitária (LOPES CARDOZO; STRAUSS, no prelo). Conceitos como *Terra Mãe* e *vivir bien/buen vivir* (Viver Suficientemente Bem), oriundos da cosmologia do conhecimento indígena e

das economias de solidariedade comunitária na Bolívia e Equador, assim como o conceito de gran-nacional, foram incorporados na política e nos planos estratégicos do GRUN e, simultaneamente, na produção de um discurso ALBA-TCP (GRUN, 2008a, p. 5, 16, 44, 2010b).

Compreendendo a transformação da sociedade e da educação como um processo dialético (FÄGERLIND; SAHA, 1989, p. 255-228), uma questão crucial na revolução da educação na Nicarágua será certamente se a democratização do Estado e da sociedade – tal como incorporada na Campanha Nacional de Alfabetização e na Grande Consulta Nacional – pode ou não se estender e entrar no sistema de ensino formal. Podem as práticas democráticas ser institucionalizadas nas escolas através das TEPCEs – Oficinas de Avaliação, Programação e Capacitação Educativa que se realizam nas escolas? Pode o caráter e a função das escolas de reprodução da ordem social ser quebrado? Tal como Samoff (1991, p. 2) enfatiza, “[...] os fracassos de os socialistas em revolucionar significativamente os seus sistemas de educação” e de desenvolver plenamente,

[...] uma ideologia educativa alternativa e contrahegemônica [...] poderá ter minado os esforços para transformar as suas sociedades [...] e para apoiar as suas iniciativas quando estas se viram atacadas (SAMOFF, 1991, p. 10, 17 p. 2, 10, 17).

Com um nível de apoio popular nunca visto desde meados dos anos 80, que se espelhou nos resultados das eleições de 2011, em conjugação com a adesão da Nicarágua à ALBA-TCP, a Aliança Unida, Nicarágua Triunfa liderada pela FSLN parece estar em uma posição forte para enfrentar esse desafio.

Referências

- ALBA-Alianza Bolivariana para las Américas. **Acuerdo Energético del ALBA**, Barquisimeto, 29 de abril de 2007.
- ARNOVE, R. F. **Education and revolution in Nicaragua**. Nova Iorque: Praeger, 1986.
- ARNOVE, R. F. **Education as contested terrain in Nicaragua**. Boulder: Westview Press, 1994.
- BANCO MUNDIAL. **Nicaragua poverty assessment**. Washington, D.C.: World Bank, 2008. (v. 1. Main Report, 39736-NI).
- BARNDT, D. Popular education. In: WALKER, T. W. (Ed.). **Nicaragua: the first five years**. Nova Iorque: Praeger, 1985, p. 317-45.
- BCN-Banco Central de Nicaragua. **Memoria Anual**. Manágua: BCN, 2010.
- BCN-Banco Central de Nicaragua. **Informe Anual 2010**. Manágua: BCN, 2011a.

- BCN-Banco Central de Nicaragua. **Informe Cooperación Oficial Externa 2010**. Manágua: BCN, 2011b.
- BROWN, P. The 'third wave': education and the ideology of parentocracy. In: HALSEY, A. H.; LAUDER, H.; BROWN, P.; STUART WELLS, A. (Ed.). **Education: Culture, economy, and society**. Oxford: Oxford University Press, 1997[1990]. p. 393-408.
- COX, R.W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-55, 1981.
- FÄGERLIND, I.; SAHA, L. J. **Education and national development**. 2nd ed. Oxford: Butterworth, 1989.
- FAO-Food and Agriculture Organization. **The state of food insecurity in the world**. Rome: FAO, 2009.
- FEDH-IPN-Foro de Educación y Desarrollo Humano de la Iniciativa Por Nicaragua; IPADE-Instituto para el Desarrollo y la Democracia; CEAAL Nicaragua-Consejo de Educación de Adultos de América Latina, Plan Nicaragua. **Consulta del nuevo currículum de educación básica y media**. Aspectos fundamentales de consulta. Manágua: FEDH-IPN/IPADE/CEAAL/Plan Nicaragua, 2007.
- FIDEG-Fundación Internacional para el Desafío Económico Global. **Encuesta de hogares para la medición de la pobreza en Nicaragua**. Disponível em: <http://www.fideg.org/files/doc/1283290135_Resultados%20FIDEG%202009web.pdf>. Acesso em: 11 set. 2010.
- FLM-Federación Luterana Mundial. **Centroamérica 2004-2005**. Desde una perspectiva de derechos humanos. Manágua: FLM, 2006.
- GERSHBERG, A. I. Decentralization, recentralization and performance accountability: building an operationally-useful framework for analysis. **Development Policy Review**, v. 16, n. 4, p. 405-31, 1998.
- GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M. J.; WHATMORE, S. (Ed.). **The dictionary of human geography**. 5th ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- GRUN-Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional. **Plan Nacional de Desarrollo Humano 2008-2012**. Documento Borrador 0 – Para Discusión. Manágua: GRUN, 2008a.
- GRUN-Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional. **Informe de País**. CONFINTEA VI 2008. Manágua: MINED, 2008b.
- GRUN-Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional. **Plan Nacional de Desarrollo Humano Actualizado 2009-2011**. Manágua: GRUN, 2009a.
- GRUN-Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional. **Plan de Acción del Poder Ciudadano**. Hacia la Restitución de Derechos del Pueblo. Manágua: GRUN, 2009b.
- GRUN-Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional. **Informe Anual del Presidente de la República 2009**. Manágua: GRUN, 2010a.
- GRUN-Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional. **Estrategia Nacional Ambiental y del Cambio Climático**. Plan de Acción 2010-2015. Manágua: GRUN, 2010b.
- GRUN-Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional. **Nicaragua Triunfa**, 44, 21 de setembro de 2011.
- HELD, D. **Models of democracy**. 3rd ed. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- HOYT, K. **The many faces of sandinista democracy**. Athens: Ohio University Press, 1997.
- LA LUCHA SIGUE. Avances Sandinistas II Etapa de la Revolución 2007-2010. 11 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.laluchasigue.org/index.php?option=com_content&view=article&id=759:freddy-franco-publicado-en-httplibrepenicmoncjoseblogspotcom201012-avances-sandinistas-ii-etapa-de-lahtml&catid=81:nicaragua&Itemid=198>. Acesso em: 31 out. 2011.
- LOPES CARDOZO, M. T. A.; STRAUSS, J. A. S. From the local to the regional and back: Bolivia's politics of decolonising education in the context of the ALBA-TCP. In: MUHR, T. (Ed.) **Counter-globalization and the construction of socialism in the 21st century**: the Bolivarian alliance for the peoples of our America. Londres: Routledge (no prelo).
- MACPHERSON, C. B. **The life and times of liberal democracy**. Oxford: OUP, 1977.
- MARX, K. The Civil war in France. In: MARX, K. (Ed.). **Selected works**. Londres: Lawrence and Wishart, 1942[1871]. v. 2. p. 446-527.
- MECD-Ministério de Educação, Cultura e Desporto. **Plan Operativo Anual 2005**. Manágua: MECD, 2005.
- MINED-Ministerio de Educación. **La revolución participativa de la educación Nicaragüense**: el caso de la gran consulta del currículo para la educación general básica y media (2007-2008). Manágua: MINED, 2008.
- MINED-Ministerio de Educación. **Informe Final**. Campaña Nacional de Alfabetización De Martí a Fidel. Manágua: MINED, 2009.
- MUHR, T. Nicaragua re-visited: from neoliberal 'ungovernability' to the Bolivarian alternative for the peoples of our America (ALBA). **Globalisation, Societies and Education**, v. 6, n. 2, p. 147-61, 2008a.
- MUHR, T. **Venezuela**: global counter-hegemony, geographies of regional development, and higher education for all, PhD thesis, University of Bristol. <<http://www.bris.ac.uk/education/research/centres/ges/post-doc-fellows/thomas-muhr/006.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2008b.
- MUHR, T. Nicaragua: Constructing the Bolivarian alliance for the peoples of our America (ALBA). In: SCHUERKENS, U. (Ed.). **Globalization and social inequality**. Nova Iorque: Routledge, 2010a. p. 115-134.
- MUHR, T. Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 611-627, 2010b.
- MUHR, T. **Venezuela and the ALBA**: counter-hegemony, geographies of integration and development, and higher education for all. Saarbrücken: VDM, 2011a.
- MUHR, T. Conceptualising the ALBA-TCP: third generation regionalism and political economy.

- International Journal of Cuban Studies**, v. 3, n. 2-3, p. 98-115, 2011b.
- MUHR, T. (Re)constructing popular power in our America: Venezuela and the regionalisation of 'Revolutionary Democracy' in the ALBA-TCP space. **Third World Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 225-241, 2012.
- MUHR, T.; VERGER, A. Venezuela: higher education for all. **The Journal for Critical Education Policy Studies**, v. 4, n. 1, s/p., 2006.
- NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Special Rapporteur on the Right to Food**, Olivier De Schutter, Addendum. Mission to Nicaragua, Human Rights Council, Thirteenth session, Agenda item 3, 19 fevereiro 2010. [A/HRC/13/33/Add. 5].
- OAS-Organization of American States. Final report of the mission of electoral accompaniment to Nicaragua for the general elections held on November 6, 2011. Secretariat for Political Affairs, January 23. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sap/docs/deco/2012/Inf_NIC_e.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- ORTEGA, D. **Daniel Instala el CONPES**. Intervención de Daniel en Reunión con el Consejo Nacional de Planificación Económica y Social, CONPES, presentando el Plan Nacional de Desarrollo Humano, 15 de outubro de 2008.
- PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human development report 1990**. Nova Iorque: UNDP, 1990.
- PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human development indices**: a statistical update. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/data/hdi2008/>>. Acesso em: 26 abr. 2008.
- PREAL-Programa de Promoción de La Reforma Educativa en America Latina y El Caribe. **Informe de Progreso Educativo en Nicaragua**. Manágua: PREAL, 2004.
- RN-República de Nicaragua. **Ley de Participación Ciudadana**, La Gaceta, 241, 19 de dezembro de 2003.
- RN-República de Nicaragua. **Decreto 113-2007**, La Gaceta, 230, 29 de novembro de 2007a.
- RN-República de Nicaragua. **Decreto 114-2007**, La Gaceta, 236, 7 de dezembro de 2007b.
- RN-República de Nicaragua. **Constitución Política**, La Gaceta, 176, 16 de setembro de 2010.
- ROSSET, P.; VANDERMEER, J. (Ed.). **Nicaragua**: unfinished revolution. The New Nicaragua Reader. Nova Iorque: Grove Press, 1986.
- SAMOFF, J. Socialist education? **Comparative Education Review**, v. 35, n. 1, p. 1-22, 1991.
- SLATER, D. Socialism, democracy and the territorial imperative: Elements for a comparison of the Cuban and Nicaraguan experiences. **Antipode**, v. 18, n. 2, p. 155-185, 1986.
- STAHLER-SHOLK, R. Revolution. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. (Ed.). **International encyclopedia of the social and behavioral sciences**. Nova Iorque: Elsevier, 2001. v. 20, p. 13299-13302.
- STUART ALMENDÁREZ, R. **Consejos del poder ciudadano y gestión pública en Nicaragua**. Manágua: CEAP, 2009.
- UNESCO-United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization; OEI-Organización de Estados Iberoamericanos; INIDE-Instituto Nacional de Información de Desarrollo; UNAN-Managua-Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua; IDEUCA-Instituto de Educación de la Universidad Centro-Americana. **Informe**. Comisión Nacional de Verificación: Verificación de la Tasa Nacional de Analfabetismo en Nicaragua 16/06/2009. Manágua: UNESCO-Managua/OEI/INIDE/UNAN/IDEUCA, 2009.
- VANDEN, H. E.; PREVOST, G. **Democracy and socialism in sandinista Nicaragua**. Boulder: Lynne Rienner, 1993.
- WALKER, T. W. Introduction. In: WALKER, T. W. (Ed.). **Nicaragua**: the first five years. Nova Iorque: Praeger, 1985, p. 1-26.

Received on July 18, 2012.

Accepted on July 31, 2012.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.